MOS, MICOS, MICOS

CÂMARA MUNICIPAL DE BALDIM - ESTADO DE MINAS GERAIS-

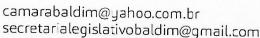
ATA DA REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES CONJUNTAS DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BALDIM, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2025.

Ás 15h00minhs do dia 14 (quatorze) de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede da Câmara Municipal de Baldim, reuniu - se os integrantes das Comissões Conjuntas de Finanças Públicas: Presidente Vereadora Lucia Helena, Vice - Presidente Vereador Licanor Lopes da Silva, Relator Vereador João Antônio da Trindade; Comissão de Justiça e Redação: Presidente Vereador Pedro Henrique Pereira Corrêa, Vice - Presidente Vereador Darci Barreto dos Santos; Relator Vereador Igor Martins; e Comissão de Administração Pública Presidente Vereador Joaquim Ferreira Sobrinho; Vice-Presidente Vereador Marconi Antônio Ferreira, Relator Vereador Pedro Henrique Pereira Corrêa, para, análise e parecer das proposições que tramitam nas Comissões conforme pauta publicada no Edital de Convocação. Com a palavra o Vereador Pedro Henrique, Presidente da Comissão de Justiça e Redação e Relator da Comissão de Administração Pública, iniciou a reunião com a oração do PAI NOSSO, e logo em seguida deu abertura aos trabalhos solicitando ao Vereador João Antônio da trindade que fizesse a leitura da pauta do dia, detalhando que o objetivo era discutir e emitir parecer sobre projetos de lei a serem avaliados pelas comissões, o Vereador fez a leitura do PROJETO DE LEI MUNICIPAL nº 08/2025 - "Altera a lei Municipal nº 1.343 de 28 de Agosto de 2023 e dá outras providencias" - que trata da doação de um terreno para a Associação dos Produtores Rurais. Passando a palavra ao Dr. João Paulo, responsável pelo setor Jurídico dessa Casa para proceder com o Parecer Jurídico: O advogado da câmara apresentou um parecer favorável à legalidade, constitucionalidade e juridicidade do projeto. Ele detalhou que a matrícula do imóvel teve alterações ao longo do tempo devido à mudança da comarca de Baldim, resultando na matrícula nº 57.744. O parecer enfatizou a importância do interesse público justificado, conforme o artigo 106 da Lei Orgânica Municipal, para a alienação de bens. Para doações a particulares, mesmo sendo exceções, o advogado destacou que a transação deve gerar beneficio à população, como a construção da sede da Associação dos Produtores Rurais para o desenvolvimento da economia local. Mencionou também a autonomia municipal e um precedente do Tribunal de Contas do Estado sobre a supremacia do interesse público em doações de bens públicos. Por fim, reafirmou que a competência para dispor sobre os bens do município é do prefeito, desde que obedecidos os preceitos legais. O objetivo principal da alteração era retificar o número da matrícula, visto que a doação já havia sido votada anteriormente. O Vereador Pedro Henrique iniciou a discussão a cerca do projeto, onde os vereadores debateram a importância da doação para o desenvolvimento econômico local. Em votação o Projeto teve parecer favorável

the Bir of Many Hall











amara Municipal de Baldim

por unanimidade. Passando para a leitura do projeto seguinte pelo Vereador João Antônio da Trindade, PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/2025 – "Dispõe sobre a alteração da lei complementar nº 1.059 de 15 de Dezembro de 2011 e dá outras providências." - que alterar o plano de cargos e carreira dos servidores, modificando o símbolo de vencimento de motorista (categoria D) e criando os cargos de assessor farmacêutico e chefe jurídico de procuradoria, com as seguintes justificativas: Assessor Farmacêutico: Para melhorar a gestão da assistência farmacêutica municipal, garantindo segurança e controle de medicamentos, e cumprir a exigência da Farmácia de Minas de um farmacêutico com carga horária de 40 horas. Chefe Jurídico de Procuradoria: Para auxiliar a procuradoria jurídica diante do aumento da demanda, agilizando a elaboração de pareceres, peças e análises legais, passando em seguida a palavra ao Assessor Jurídico para apresentação do parecer jurídico, Dr. João Paulo, representando o jurídico da Casa destacou que o projeto busca autorização legislativa para as alterações referente aos novos cargos, reforçou a justificativa de aperfeiçoar a gestão da assistência farmacêutica e o suporte à procuradoria jurídica. Apontou a competência do município para editar normas sobre sua organização e a competência privativa do chefe do Poder Executivo para criar cargos. Em relação ao impacto financeiro, informou que a estimativa foi anexada ao projeto, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, e que o chefe do Executivo atestou a adequação orçamentária, com a assessoria contábil da Câmara confirmando a disponibilidade de recursos. Concluiu que não há inconstitucionalidade ou ilegalidade. Aberta as discussões, o VEREADOR MARCONI FERREIRA, questionou a criação de novos cargos após a realização de um concurso público sem o chamamento de todos os aprovados. Dada a palavra ao Chefe do Executivo presente a sessão, este explicou que o cargo de assessor farmacêutico de 40 horas não existia no plano anterior, justificando a criação do mesmo. Em votação, o projeto teve aprovação unanime. Passando para a leitura do projeto seguinte pelo Vereador João Antônio da Trindade, PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº09 DE 28 DE ABRIL DE 2025 – "Dispõe sobre a alteração da lei complementar Nº 1.404 de 17 de Janeiro de 2025 e dá outras providências." - Alterar a Lei Complementar nº 1404/2025, que trata do plano de cargos e salários específico da educação, para fixar o vencimento do motorista categoria D da educação Justificativa: Atualizar a remuneração dos motoristas da educação para refletir suas responsabilidades. Foi esclarecido pelo chefe do Executivo que existem planos de cargos separados para a educação e para o plano geral, exigindo leis distintas para alterações. Passando em seguida a palavra ao Assessor Jurídico para apresentação do parecer jurídico, Dr. João Paulo, o parecer confirmou que o projeto visa fixar e atualizar a remuneração dos motoristas da educação, justificando a medida pela complexidade e responsabilidade da função. Reafirmou a competência do município para legislar sobre sua organização e a competência privativa do Executivo para a matéria. Mencionou que o impacto financeiro foi devidamente anexado, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a administração demonstrou ter os meios para garantir os recursos. Concluiu pela legalidade e constitucionalidade do projeto. Projeto em discussão, aprovado por unanimidade pelos vereadores das comissões. A VEREADORA LÚCIA HELENA esclareceu uma questão sobre sua ausência em reuniões anteriores,

camarabaldim@yahoo.com.br secretarialegislativobaldim@gmail.com





Câmara Municipal de Baldim

mencionando que a única falta foi em Janeiro, período de recesso da câmara, e que foi constado por um erro material a sua ausência na ATA, mas imediatamente retificada. Retornando a palavra ao Vereador Pedro Henrique Presidente da Comissão de Redação e Justiça e Relator da Comissão de Administração Pública agradeceu a presença de todos e declarou encerrada à sessão com o pronunciamento da seguinte frase: "SOB A PROTEÇÃO DE DEUS E DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO EM NOME DO POVO DE BALDIM, DECLARO ENCERRADO NOSSOS TRABALHOS" e em seguida foi feita a oração do Pai nosso, e após oração, será lavrada a presente Ata, que depois de lida e de conformidade, vai legalmente assinada por todos os membros das Comissões Conjuntas Permanentes.

Câmara Municipal de Baldim, 14 de Maio de 2025.

Leanurdo Aug

Darken

Marconi Antonio Ferreira